



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Aquisição de veículos tipo pick-up (caminhonete), cabine dupla, zero km, flex - conforme descrição do termo de referência e recursos habilitados nas resoluções SESA n.º 690/2025, 1357/2025 e 2024/2025 – qualificação de atenção primária à saúde, visando o incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação de ampla concorrência)

Aquisição de veículos tipo pick-up (caminhonete), cabine dupla, zero km, flex - conforme descrição do termo de referência e recursos habilitados nas resoluções SESA n.º 690/2025, 1357/2025 e 2024/2025 – qualificação de atenção primária à saúde, visando o incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
------	-----------	-------	--------	-------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

01	Veículo utilitário cabine dupla 1.3 - flex - 26/26, automático - cilindrada total (CC): 1.332; potência máxima (CV): 98, 0 (G) / 107, 0 (E) a 6.250 RPM; torque máximo (KGF.M): 13, 2 (G) / 13, 7 (E) a 4.000 RPM; altura do veículo (mm): 1.589; capacidade da caçamba: 844 Litros; capacidade de carga: 600 (kg); comprimento do veículo: 4.480 (mm); entre-eixos: 2.737 (mm); largura do veículo : 1.732 (mm); tanque de combustível: 55 Litros. Câmbio automático CVT (7 velocidades simuladas); função Sport; retrovisor preto brilhante; rodas em liga leve 16" + pneus 205/55 R16'; sensor de monitoramento de pressão nos pneus'. 4 portas; air bag lateral; airbag duplo (motorista e passageiro); ajuste do banco do motorista; alarme antifurto; alerta de uso do cinto de segurança passageiro, alertas de uso de cinto de segurança do motorista; alça de segurança lado passageiro; apoia-pé para o motorista; apoios de cabeça com regulagem de altura; apoios de cabeça traseiros com regulagem de altura; ar-condicionado; bancos em tecido cinza com fiat flag; barra de proteção do vidro traseiro; barras longitudinais no teto; capota marítima; central multimídia com tela de 7; chave com telecomando; cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura, cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos; comandos de áudio no volante; computador de bordo; console central com porta-objetos e porta-copos; conta-giros; controle eletrônico de estabilidade; detalhes externos na cor do veículo; direção elétrica; E-locker - controle de tração avançado (TC+); espelho no para-sol lados motorista e passageiro; estepe de uso emergencial; faróis de neblina, faróis em led, follow me	Unid.	04	R\$ 157.172,50	R\$ 628.690,00
----	---	-------	----	----------------	----------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

home; freios ABS com EBD; gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix), ganchos para amarração de carga na caçamba, grade frontal na cor preta; Hill Holder sistema ativo freio com controle hodômetro digital (total e parcial); indicador de combustível; indicador de temperatura externa; indicador de troca de marcha; limpador e lavador do para-brisas; luz de iluminação da caçamba; luz de leitura, luzes de posição diurnas, moldura dos para-lamas; motor 1.3 FIREFLY 109 CV; para-choque traseiro com estribos antiderrapantes; porta USB adicional; porta objetos nas portas, porta-luvas iluminado; predisposição para rádio, protetor de caçamba, protetor de cárter; retrovisores externos elétricos; rádio com entrada USB; santo-antônio; sensor de estacionamento; sensor de monitoramento da pressão dos pneus; sistema de alívio de peso na tampa da caçamba; suspensão elevada, suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais; tapetes; terceira luz de freio; travas elétricas, vidro traseiro térmico, vidros elétricos dianteiros e traseiros, visor de 3, 5" TFT, volante com regulagem de altura.				
Total				R\$ 628.690,00

2.2. Valor total da contratação **R\$ 628.690,00 (seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e noventa reais).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. O ciclo de vida do objeto, sob a perspectiva do bem a ser adquirido, refere-se à análise das etapas pelas quais os veículos, percorrem ao longo de sua existência, desde sua produção até a destinação final. Essa abordagem permite à Administração avaliar não apenas o custo inicial de aquisição, mas também os aspectos relacionados à durabilidade, manutenção, eficiência e descarte, assegurando uma contratação mais vantajosa e sustentável.

4.3. No caso em questão, por se tratar de veículos novos, observa-se que o bem apresenta maior vida útil, melhor desempenho e atendimento às normas técnicas e ambientais vigentes, o que contribui para a redução de custos ao longo do tempo e para a minimização de impactos decorrentes de seu uso. Assim, a análise do ciclo de vida do objeto revela-se fundamental para assegurar uma contratação mais eficiente, sustentável e alinhada ao interesse público.

4.4. Inicialmente, destaca-se a fase de fabricação, na qual os veículos são produzidos conforme padrões técnicos, de qualidade e ambientais estabelecidos pelos órgãos competentes, assegurando maior confiabilidade e desempenho desde a origem. Por se tratarem de bens novos, incorporam tecnologias atualizadas que favorecem a eficiência energética, a segurança dos usuários e a redução de falhas mecânicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.5. Na fase de operação, os veículos serão utilizados no transporte sanitário, desempenhando função essencial no atendimento das demandas da saúde pública. Nesse contexto, a adequada utilização, aliada à condução responsável e ao cumprimento das orientações do fabricante, contribui para a preservação das condições do bem e para a otimização de seu desempenho ao longo do tempo.

4.6. A etapa de manutenção também se mostra fundamental no ciclo de vida do objeto, sendo necessária a realização de revisões periódicas, manutenções preventivas e corretivas, conforme especificações do fabricante. Tais medidas visam prolongar a vida útil dos veículos, reduzir custos com reparos inesperados e garantir a continuidade dos serviços prestados.

4.7. Por fim, na fase de desmobilização, ao término de sua vida útil, os veículos poderão ser objeto de alienação, reaproveitamento ou destinação adequada, conforme a legislação aplicável, assegurando a gestão eficiente do patrimônio público e a correta destinação dos bens inservíveis.

4.8. Diante do exposto, conclui-se que o ciclo de vida do objeto, sob a ótica do bem, demonstra-se plenamente adequado às necessidades da Administração Pública, especialmente em razão da aquisição de veículos novos, que apresentam maior durabilidade, eficiência e confiabilidade.

4.9. A correta gestão das etapas de utilização, manutenção e eventual desmobilização contribui significativamente para a maximização da vida útil dos veículos, redução de custos operacionais e garantia da continuidade dos serviços de transporte sanitário.

4.10. Assim, verifica-se que o objeto atende aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, assegurando que o investimento público realizado proporcione benefícios contínuos e satisfatórios ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Da garantia de qualidade do objeto

4.11. A garantia de qualidade do objeto constitui requisito fundamental para assegurar que os veículos atendam de forma plena e satisfatória às demandas da Administração Pública, especialmente no âmbito do transporte sanitário. Tal garantia está diretamente vinculada ao cumprimento das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, bem como à observância das normas legais, regulamentares e padrões de desempenho exigidos.

4.12. Nesse contexto, a qualidade do objeto deve ser compreendida não apenas sob o aspecto do fornecimento inicial, mas também quanto à sua durabilidade, confiabilidade e adequado funcionamento ao longo do tempo, assegurando eficiência na prestação dos serviços públicos e a adequada aplicação dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.13. A garantia de qualidade dos veículos a serem adquiridos será assegurada por um conjunto de requisitos técnicos e contratuais que visam garantir o pleno atendimento às necessidades da Administração Pública. Inicialmente, exige-se que os veículos sejam novos, de primeiro uso, devidamente homologados e em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, o que assegura padrão mínimo de qualidade, segurança e desempenho.

4.14. Ademais, os veículos deverão atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência, especialmente quanto às características técnicas, itens de segurança, desempenho e adequação ao transporte sanitário. A comprovação dessas exigências ocorrerá no momento da entrega, mediante verificação e aceitação formal por parte da Administração.

4.15. Outro ponto relevante diz respeito à garantia contratual e à garantia do fabricante, que deverão abranger eventuais vícios, defeitos de fabricação e falhas de funcionamento, assegurando o reparo ou substituição dos veículos, quando necessário, sem ônus adicional. A existência de rede de assistência técnica autorizada é igualmente essencial, garantindo suporte adequado, manutenção especializada e reposição de peças.

4.16. Além disso, a realização de entrega técnica, com orientações quanto à operação, uso correto e manutenção básica dos veículos, contribui para a preservação da qualidade do bem ao longo de sua vida útil. A adoção de manutenções preventivas periódicas também se mostra indispensável para assegurar o desempenho contínuo e a redução de falhas operacionais.

4.17. A adoção de procedimentos de verificação no recebimento, aliada à correta utilização e à realização de manutenções periódicas, contribui para a preservação das características originais dos veículos, garantindo seu adequado desempenho ao longo do tempo.

4.18. Assim, verifica-se que o objeto atende aos padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública, assegurando maior segurança, eficiência e economicidade na execução dos serviços de transporte sanitário, em consonância com o interesse público.

4.19. Pelo do exposto, conclui-se que a garantia de qualidade do objeto encontra-se devidamente assegurada por meio da exigência de veículos novos, em conformidade com as normas técnicas e especificações estabelecidas, bem como pela previsão de garantia do fabricante e suporte de assistência técnica autorizada.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.20. Os bens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.21. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado por item e comprado em parcela única.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da garantia

5.8. Os bens deverão estar de acordo com as exigências do código de defesa do consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

5.9. Será condição para o pagamento do equipamento que a contratada encaminhe juntamente com a nota fiscal e demais documentos, termo de garantia do objeto da presente contratação, com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da nota fiscal.

5.10. Eventuais custos de transporte, estadia, alimentação ou outros necessários ao deslocamento dos técnicos bem como da remessa de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos correrão por conta da contratada, durante todo o período de garantia, caso tais despesas não sejam cobertas pelo fabricante ou por sua rede de assistência técnica autorizada.

5.11. Durante o período de cobertura, a proteção segue as regras contidas no termo de garantia que acompanha o equipamento. A contratada responde pela qualidade do produto e arca com todos os reparos necessários. O dever da contratada é fornecer um conserto definitivo, que elimine por completo os defeitos eventualmente surgidos, sem sujeitar o contratante a deslocamentos sucessivos.

5.12. Se o problema foi constatado e levado ao conhecimento da contratada dentro do prazo de garantia, a assistência técnica fez o reparo, e, após o fim da cobertura contratual, o mesmo defeito reapareceu, a contratante tem direito a exigir o reparo sem ônus.

5.13. A empresa deverá utilizar equipamentos originais e novos quando houver necessidade de substituição ou conserto das partes defeituosas do equipamento, exclusivamente dentro das especificações técnicas do fabricante.

5.14. Nesse caso o reparo foi malfeito ou ineficaz, entende-se que a contratada não cumpriu com sua obrigação de realizar um conserto de fato, mas apenas maquiou o problema até que expirasse a cobertura.

5.15. A falha mecânica não poderá decorrer do desgaste natural pela utilização normal do produto ao longo do tempo, nem de mau uso (a utilização fora dos padrões adequados) por parte do contratante. Nessas duas situações, é o próprio contratante que deve pagar pelo reparo, já que o que ocorreu na verdade não foi um defeito de fabricação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da assistência técnica

5.16. A assistência técnica do veículo deverá ser em concessionária autorizada pelo fabricante, sendo assegurado ao município, no mínimo 02 (duas) revisões gratuitas sem ônus para a contratante (peças, materiais e acessórios, mão de obra e deslocamento que se fizerem necessários, incluindo ainda quaisquer outras despesas inerentes à realização de revisões) como estabelecido no plano de manutenção do equipamento, que prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, elas ajudam a prolongar a durabilidade do equipamento e reduzem a ocorrência de problemas.

Da restrição geográfica

5.17. Será condição de aceitação da proposta na fase de julgamento que a licitante providencie/comprove após a declaração de vencedora no certame, sob pena de desclassificação, a localização do local autorizado pelo fabricante que irá prestar a assistência técnica ao equipamento, contudo, a mesma deverá ser estabelecida em um raio de 100 (cem) quilômetros da Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, haja vista que a distância abrange diversos grandes centros urbanos, podendo a empresa se utilizar-se de aplicativos da internet para tal comprovação.

5.18. O critério físico-espacial exigido se justifica em face ao princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, tratando-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico, para se obter a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.

5.19. Ante todo o exposto, infere-se que o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos “*vis-à-vis*” o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável prejuízo social.

5.20. Qualquer despesa de deslocamento do técnico responsável da contratada será de total responsabilidade da mesma, não havendo nenhum custo adicional para esta municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

- 6.1. Os veículos deverão conter todos os equipamentos exigidos pelo departamento de trânsito que porventura não tenham sido citados nas especificações acima.
- 6.2. Os veículos deverão ser entregues com plotagem, conforme modelo constante nas resoluções SESA n.º 690/2025, 1357/2025 e 2024/2025 – qualificação de atenção primária à saúde, visando o incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário, ou, indicação da Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.3. Os veículos a serem adquiridos deverão ser novos e originais e em linha de fabricação obedecendo rigorosamente as características mínimas.
- 6.4. Os veículos devem estar em perfeitas condições, preservando a sua especificidade de veículo 0 km, sem nenhuma avaria física, mecânica e/ou elétrica, correspondendo fielmente à marca e modelo do veículo/equipamento na proposta.
- 6.5. Os seus equipamentos deverão ser comprovadamente de primeira qualidade e primeiro uso, não sendo admitido em hipótese alguma, a entrega de bens reutilizado, recondicionado, reciclados ou congêneres.
- 6.6. Será obrigatória a apresentação de garantias dos veículos, inclusive de revisão, determinando prestadora de serviços autorizada para os procedimentos necessários dentro da garantia, nos termos do edital e legislação vigente.
- 6.7. Todo o objeto de que trata esta licitação deverá obedecer às especificações constantes no edital e seus anexos, caso desatenda às especificações exigidas, será recusado, devendo ser substituídos prontamente, arcando a contratada com todos os ônus.
- 6.8. Fazem parte deste termo de referência, no que couber às normas padrões da ABNT ou ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o código de defesa do consumidor.
- 6.9. No que couber deverá ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 6.10. Os veículos deverão ser entregues com ano e modelo mais recentemente lançado pelo fabricante, licenciado, devendo estar equipado com os itens e acessórios exigidos na especificação acima, bem como outros indicados na legislação de trânsito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Dos prazos e do local de fornecimento

6.11. O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo **40 (quarenta) dias**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da contratada, devidamente justificada e aceita pela contratante.

6.12. O objeto desta contratação deverá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:

a) Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná (ou outro local adequado conforme disponibilidade).

6.13. A entrega deverá ser em horário comercial sendo compreendido entre às 08:00 horas e às 11:00 horas e das 13:00 horas e às 17:00 horas, agendado através do telefone.

Das Alterações

6.14. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Do Recebimento

8.1. Os fornecimentos deverão ser ocorrer no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade contratante na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do contratante e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140, II, alínea A, da Lei n.º 14.133 de 2021.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF ou certidões fiscais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Estadual <input type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input checked="" type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
606	05.011.10.301.0428.2.025.4.4.90.52.00.00.	32518
636	05.011.10.301.0428.2.025.4.4.90.52.00.00.	2518



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 01 de abril de 2026.

André Luiz Pereira
Secretário Municipal de Saúde